

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO E SOCIOECONÔMICAS- ESAG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

Curso: MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO

Grupo de Pesquisa: Athena - Laboratório de estudos em organizações,
inovação e colaboração

**GOVERNANÇA MULTISSETORIAL E EFETIVIDADE DE PROGRAMAS DE
INOVAÇÃO ORIENTADOS À SUSTENTABILIDADE NO BRASIL: DESAFIOS DE
ARTICULAÇÃO COM O SETOR PRIVADO E MOBILIZAÇÃO DE CAPITAL**

082.410.389-09

Florianópolis
2026

1. INTRODUÇÃO

O avanço da agenda do desenvolvimento sustentável tem impulsionado a formulação de políticas públicas voltadas à promoção da inovação como instrumento de transformação econômica e social, como a Estratégia Nacional de Investimentos e Negócios de Impacto (ENIMPACTO), o Sistema Nacional de Impacto (SIMPACTO) e o Plano de Ação da Nova Indústria Brasil (BRASIL, 2023). Contudo, a efetividade dessas políticas enfrenta um "vazio institucional" (Suzigan; Albuquerque, 2011) caracterizado por resultados assimétricos em termos de coordenação e pela limitada capacidade de escalabilidade de soluções sustentáveis (BRASIL, 2017; IPEA, 2020).

Nesse cenário, programas como o InovAtiva de Impacto Socioambiental atuam como catalisadores de ecossistemas que, ao capacitar o empreendedor, buscam articular redes previamente fragmentadas, promovendo interações entre atores que historicamente operaram de forma pouco coordenada. Sob a perspectiva teórica, tais iniciativas refletem o esforço de construção de uma governança multissetorial, na qual o valor público (Moore, 1995) é coproduzido por meio da interação entre Estado, mercado e sociedade civil. Esse movimento se ancora na compreensão de que a inovação é um processo interativo e sistêmico, dependente da qualidade das relações entre atores, instituições e políticas (Cassiolato; Lastres, 2005).

Apesar desses avanços, constata-se um descompasso entre a geração de soluções inovadoras e sua efetiva incorporação em cadeias produtivas consolidadas. Em muitos casos, os programas conseguem apoiar o desenvolvimento inicial de negócios de impacto, mas enfrentam dificuldades em promover sua inserção em mercados estruturados, especialmente em contextos marcados por fragilidades de coordenação institucional e limitações no financiamento da inovação (Cassiolato; Lastres, 2005; Suzigan; Albuquerque, 2011).

Assim, o problema central desta pesquisa reside na limitada capacidade dos programas de inovação em promover a inserção efetiva dessas soluções, devido a falhas de governança, lacunas de coordenação e fragilidades na mobilização de capital (Lundvall, 1992).

OBJETIVO GERAL

Analisar os mecanismos de governança e articulação com o setor privado em programas de inovação voltados à sustentabilidade no Brasil, identificando os principais

fatores que limitam sua efetividade na transformação de cadeias produtivas e propondo um framework aplicado de aprimoramento;

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. **Mapear programas** de inovação e aceleração voltados à sustentabilidade no Brasil
2. **Caracterizar os modelos de atuação** desses programas na inserção de soluções no mercado;
3. **Analisar os mecanismos de articulação** entre programas, setor privado e outros atores;
4. **Identificar barreiras** institucionais, organizacionais e de mercado à escalabilidade das soluções;
5. **Examinar os desafios** relacionados à mobilização de capital privado;
6. **Propor diretrizes** (*Framework* analítico-aplicado) para o fortalecimento da governança desses programas.

2. JUSTIFICATIVA

A fundamentação desta pesquisa articula dimensões teóricas, empíricas e práticas, em linha com abordagens que reconhecem a produção de conhecimento como um processo reflexivo e situado, no qual teoria e prática se informam mutuamente (Flick, 2009; Yin, 2018). No que tange à dimensão teórica, o estudo busca preencher uma lacuna persistente na interface entre inovação no setor público e governança multissetorial. A literatura internacional sobre inovação destaca o papel da inovação como motor de transformações estruturais, bem como a atuação estratégica do Estado na indução desses processos (Schumpeter, 1982; Mazzucato, 2013) embora ainda sejam escassas análises integradas sobre sua influência em estruturas produtivas consolidadas (Freeman, 1995; Lundvall, 1992).

No contexto brasileiro, autores como Suzigan e Albuquerque (2011) e Cassiolato e Lastres (2005), destacam as especificidades dos sistemas de inovação em economias em desenvolvimento, evidenciando fragilidades institucionais e dificuldades na articulação entre atores públicos e privados. Estudos sobre governança pública reforçam a necessidade de arranjos multissetoriais para a efetividade das políticas públicas (Peci, Pieranti e Rodrigues, 2008; Secchi, 2009), embora ainda haja lacunas na compreensão dos mecanismos que conectam inovação, setor produtivo e capital privado.

No plano empírico, o trabalho se insere no epicentro das discussões sobre a transição para modelos econômicos de baixo carbono, tema amplamente debatido na literatura internacional (Geels, 2002; Markard, Raven e Truffer, 2012). A perspectiva das transições sociotécnicas contribui para compreender como mudanças estruturais emergem a partir da interação entre tecnologia, políticas públicas, mercado e sociedade. No Brasil, essa agenda ganha contornos próprios diante dos desafios históricos de desenvolvimento e das pressões contemporâneas associadas à transição para modelos mais sustentáveis de produção e consumo (Abramovay, 2012; Veiga, 2010). Nesse cenário, entender o que funciona e, sobretudo, o que falha nas políticas de incentivo à inovação sustentável passa a configurar uma necessidade estratégica para o desenvolvimento nacional.

A proposta dialoga com abordagens contemporâneas de coprodução do bem público, entendida como processos nos quais múltiplos atores participam da provisão e gestão de recursos coletivos, ampliando a eficácia das soluções (Ostrom, 1990) e inovação pública (Bason, 2010), que defendem a atuação conjunta entre Estado, mercado e sociedade civil como caminho para soluções mais eficazes. No campo da governança, a literatura sobre redes e parcerias (Rhodes, 1997; Klijn e Koppenjan, 2016) reforça a importância de estruturas intermediárias capazes de articular interesses diversos e reduzir assimetrias de informação. Nesse sentido, a pesquisa pretende oferecer diretrizes concretas para gestores públicos e organizações intermediárias, contribuindo para o fortalecimento dos mecanismos de conexão entre inovação e financiamento privado.

Por fim, a trajetória profissional como Gerente de Inovação Sustentável possibilitou uma inserção privilegiada no campo empírico, permitindo observar, a partir de uma perspectiva prática, o descompasso entre o potencial das startups de impacto e as dinâmicas das cadeias produtivas tradicionais. Tal vivência dialoga com a perspectiva da pesquisa aplicada e do mestrado profissional (Gibbons et al., 1994), ao propor a sistematização do conhecimento prático sob o rigor científico. Dessa forma, a pesquisa avança na compreensão teórica do fenômeno e contribui para a qualificação de políticas públicas e instrumentos de inovação em contextos reais de tomada de decisão.

A presente pesquisa apresenta aderência direta às linhas de investigação do Athena – Laboratório de Estudos em Organizações, Inovação e Colaboração, ao situar-se no cruzamento entre governança, inovação e articulação multissetorial. Alinhada ao tema “Governança e efetividade de programas de inovação na transformação de cadeias produtivas

sustentáveis: desafios na articulação com o setor privado e na mobilização de capital”, a proposta se posiciona de forma estratégica ao enfrentar um dos principais gargalos contemporâneos do desenvolvimento: a baixa efetividade das políticas de inovação na indução de transformações estruturais.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 Inovação pública e sustentabilidade: o papel do Estado e a orientação por missões

A literatura recente aponta uma mudança paradigmática na forma de compreender a inovação, deslocando-se de uma abordagem centrada no mercado para uma perspectiva que reconhece o papel ativo do Estado não apenas como regulador, mas como agente empreendedor, responsável por assumir riscos, criar mercados e coordenar investimentos em contextos de alta incerteza (Mazzucato, 2013). Nesse contexto, destaca-se o conceito de inovação orientada por missões, no qual políticas públicas são desenhadas para enfrentar desafios complexos, como a transição para economias de baixo carbono, por meio da coordenação de múltiplos atores (Kattel; Mazzucato, 2018).

Essa abordagem dialoga diretamente com o conceito de valor público, segundo o qual a efetividade das políticas públicas deve ser avaliada não apenas por critérios de eficiência, mas por sua capacidade de gerar valor público, compreendido como a combinação entre legitimidade, capacidade operacional e resultados socialmente relevantes (Moore, 1995). No contexto brasileiro, iniciativas recentes de política industrial, como a Nova Indústria Brasil, reforçam essa perspectiva ao propor a reindustrialização com base na sustentabilidade e na digitalização. Contudo, a literatura aponta que a efetividade dessas políticas depende de elevados níveis de coordenação entre governo, setor privado e organizações intermediárias (Secchi, 2009; Suzigan; Albuquerque, 2011), evidenciando um dos principais desafios da governança contemporânea.

3.2 Governança multissetorial e articulação institucional

A governança de sistemas de inovação envolve mecanismos, processos e arranjos institucionais por meio dos quais atores públicos, privados e da sociedade civil coordenam interesses, compartilham recursos e tomam decisões de forma interdependente (Rhodes, 1997; Klijn; Koppenjan, 2016). No caso de políticas de inovação voltadas à sustentabilidade,

essa complexidade é ainda maior, exigindo arranjos colaborativos capazes de alinhar interesses frequentemente divergentes. A literatura nacional reforça que o problema central não reside apenas na ausência de instrumentos, mas na fragilidade dos mecanismos de coordenação interinstitucional (Cassiolato; Lastres, 2005).

Nesse sentido, a tradição do pensamento sistêmico brasileiro oferece contribuições relevantes. Estudos clássicos apontam que a competitividade industrial não emerge espontaneamente, sendo resultado de processos intencionais de coordenação e construção de capacidades (Coutinho, 1997; Ferraz; Kupfer; Haguénauer, 1997). Essa perspectiva é aprofundada pelos estudos sobre sistemas de inovação, que enfatizam o caráter interativo e institucionalmente condicionado do desenvolvimento (Lastres; Cassiolato, 2005; Lundvall, 1992).

Adicionalmente, a literatura sobre Cadeias Globais de Valor (CGV) contribui ao evidenciar que a inserção competitiva em mercados internacionais depende não apenas da capacidade de inovar, mas também da posição ocupada nas estruturas globais de produção e das relações de poder estabelecidas entre os atores (Gereffi; Humphrey; Sturgeon, 2005). Tal abordagem reforça a necessidade de políticas que incentivem a inovação e também promovam upgrading tecnológico e funcional ao longo da cadeia.

3.3 Cadeias produtivas sustentáveis e os gargalos de implementação

À luz dessas discussões sobre governança e articulação institucional, a literatura empírica evidencia a persistência de entraves significativos na implementação de políticas de inovação sustentável. Esses desafios podem ser sistematizados em três dimensões: (i) à falha de coordenação entre atores; (ii) às barreiras econômicas, relacionadas ao elevado risco da inovação sustentável e à insuficiência de instrumentos financeiros, que limitam o investimento privado (Markard; Raven; Truffer, 2012); e (iii) fragmentação institucional, associada a limitações de coordenação e integração entre políticas públicas e instrumentos de apoio (Secchi, 2009). Essa desarticulação reduz a efetividade das políticas públicas e compromete a capacidade de transformação estrutural.

Mesmo com o avanço de agendas como ESG e inovação aberta, a literatura tem demonstrado que tais iniciativas, embora relevantes, ainda apresentam limitações em promover mudanças sistêmicas nas cadeias produtivas, especialmente devido à persistência de regimes sociotécnicos consolidados (Geels, 2002; Markard; Raven; Truffer, 2012).

Observa-se, assim, uma lacuna entre a geração de inovações frequentemente impulsionadas por startups e ambientes de inovação e sua efetiva incorporação nos sistemas produtivos consolidados. É nesse contexto que se insere a presente pesquisa, ao buscar compreender os mecanismos que condicionam a efetividade dos programas de inovação na transformação de cadeias produtivas sustentáveis no Brasil (Cassiolato; Lastres, 2005; Suzigan; Albuquerque, 2011).

Nesse sentido, a análise proposta dialoga com abordagens contemporâneas de política industrial e inovação orientada à missão, que enfatizam a atuação estratégica do Estado não apenas como indutor, mas como coordenador de investimentos e redutor de incertezas em processos de transformação estrutural (Rodrik, 2004; Kattel; Mazzucato, 2018). Tais abordagens reforçam a necessidade de políticas públicas capazes de articular inovação, estrutura produtiva e financiamento, especialmente em contextos de desenvolvimento tardio.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

4.1 Abordagem da pesquisa

Esta investigação adota uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória, conforme delineado por Creswell (2014), adequada ao estudo de fenômenos complexos inseridos em contextos específicos e marcados por múltiplas interações sociais. Tal escolha metodológica justifica-se pela necessidade de compreender os significados atribuídos pelos atores e os processos associados à implementação de programas de inovação, especialmente no que se refere à articulação entre políticas públicas, setor privado e transformação de cadeias produtivas. A abordagem qualitativa permite compreender dinâmicas relacionais, mecanismos institucionais e fatores contextuais que influenciam a efetividade das iniciativas.

Adicionalmente, a pesquisa caracteriza-se como aplicada, na medida em que busca produzir conhecimento orientado à resolução de problemas concretos (Gil, 2008), com foco na sistematização de evidências e na proposição de um modelo analítico voltado ao aprimoramento das estratégias de inovação.

4.2 Estratégia de pesquisa

A estratégia metodológica central adotada será o estudo de casos múltiplos, conforme proposto por Yin (2018), por sua adequação à investigação de fenômenos contemporâneos

inseridos em contextos reais e complexos. Essa abordagem permite a análise comparativa entre programas de aceleração voltados à sustentabilidade, possibilitando a identificação de padrões, convergências e divergências nos mecanismos de governança e articulação institucional. O uso de múltiplos casos fortalece a robustez analítica da pesquisa, com base na lógica de replicação analítica (Yin, 2018), ao permitir a comparação sistemática entre diferentes experiências e a identificação dos fatores que explicam tanto a convergência quanto a variação nos resultados observados.

Nesse sentido, essa estratégia mostra-se especialmente apropriada para:

- Investigar fenômenos contemporâneos inseridos em seus contextos reais;
- Analisar comparativamente diferentes arquiteturas institucionais de programas;
- Identificar padrões recorrentes e variações críticas nos modos de atuação.

4.3 Delimitação do campo empírico

O campo de observação será composto por programas brasileiros de inovação e aceleração, em vigor a partir de 2013, que possuam interface direta com a sustentabilidade e as cadeias produtivas, preferencialmente aqueles articulados ao setor público e à iniciativa privada. O filtro de seleção prioriza iniciativas que (i) fomentam negócios de impacto ou a chamada "inovação verde"; (ii) estejam alinhadas a políticas públicas ou diretrizes nacionais de desenvolvimento; (iii) e demonstrem capilaridade em cadeias produtivas ou no desenvolvimento de territórios específicos.

No horizonte de casos potenciais, ganham destaque os braços de aceleração vinculados ao InovAtiva de Impacto Socioambiental, as ações derivadas da ENIMPACTO e do SIMPACTO, além de programas focados em inovação climática. A escolha dos casos seguirá uma lógica de amostragem intencional, contemplando casos críticos e representativos, conforme proposto por Yin (2018), de modo a capturar diferentes configurações de governança e articulação institucional. Busca-se, assim, garantir a validade do construto, por meio da diversidade dos contextos analisados e da viabilidade de acesso a evidências empíricas densas.

4.4 Técnicas de coleta de dados

Para garantir a profundidade necessária e a devida triangulação das informações, a coleta de dados será estruturada em duas frentes:

a) Análise documental: Compreendida como o exame crítico de materiais que ainda não receberam tratamento analítico aprofundado (Gil, 2002), essa etapa permitirá um mergulho em materiais institucionais para compreender o "esqueleto" dos programas, incluindo: (i) relatórios de impacto e documentos de resultados; (ii) editais, regulamentos e guias metodológicos; (iii) e diretrizes de políticas públicas correlatas.

b) Entrevistas semiestruturadas: Adotadas por oferecerem um roteiro flexível que garante o foco nos objetivos da pesquisa, mas permite que o informante discorra livremente e traga elementos não previstos (Marconi; Lakatos, 2003), as entrevistas buscarão captar a realidade empírica do campo. Serão ouvidos atores-chave, como gestores de programas, representantes do governo, lideranças empresariais e os próprios empreendedores. O foco será compreender o funcionamento dos programas, as dificuldades de interlocução com empresas e as barreiras à inserção em cadeias produtivas e à captação de capital.

4.5 Técnicas de análise de dados

O material bruto será processado via análise de conteúdo temática (Bardin, 2010), permitindo a identificação de categorias e padrões de forma sistemática. A análise será balizada por categorias teóricas prévias - como mecanismos de governança, integração produtiva e falhas de mercado, mas manterá uma postura indutiva.

A análise seguirá as etapas propostas por Bardin (2010): pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, sendo complementada por uma lógica de triangulação de dados (Yin, 2018), que permite o confronto entre diferentes fontes de evidência e o fortalecimento da validade analítica dos achados.

4.6 Produto técnico (entregável)

Como resultado aplicado, a pesquisa culminará no desenvolvimento de um *Framework* para fortalecimento da articulação entre programas de inovação e cadeias produtivas sustentáveis. Sob a ótica da Design Science Research, este produto é compreendido como um "artefato", isto é, uma solução construída para resolver problemas práticos e melhorar o desempenho de sistemas organizacionais, fundamentada em evidências empíricas e princípios teóricos (Dresch; Lacerda; Antunes Jr., 2015).

O modelo incluirá diretrizes para a integração produtiva, conexão com o setor privado e recomendações para a mobilização de capital, sendo desenvolvido de forma iterativa a

partir dos achados dos estudos de caso múltiplos (Yin, 2018) e orientado pela construção de “regras tecnológicas” aplicáveis a contextos organizacionais (Van Aken, 2004). Assim, o produto será construído sobre as evidências colhidas no campo e validado conforme os achados da investigação, garantindo sua utilidade e rigor.

4.7 Viabilidade da pesquisa

A viabilidade deste estudo está ancorada na trajetória profissional da pesquisadora, que facilita o acesso a atores e informações relevantes do campo empírico, aspecto considerado determinante para a obtenção de dados consistentes (Marconi; Lakatos, 2003).

A atuação direta na gestão de programas de inovação sustentável funciona como um facilitador estratégico, garantindo (i) o acesso privilegiado a documentos e programas que constituem o "universo" da pesquisa (Gil, 2002); (ii) uma rede de contatos já estabelecida com atores do ecossistema; e (iii) um olhar crítico e familiarizado com os desafios reais da área, contribuindo para a consistência da análise e a execução da pesquisa dentro do cronograma previsto.

Para garantir a coerência entre teoria e empiria, o percurso metodológico conecta os objetivos específicos às respectivas fontes de evidência e estratégias analíticas. O Quadro 1 sintetiza essa estrutura, evidenciando o uso da triangulação de dados para assegurar rigor e validade aos achados.

Quadro 1 – Panorama com os métodos que serão utilizados.

Objetivo Geral: Analisar os mecanismos de governança e articulação com o setor privado em programas de inovação voltados à sustentabilidade no Brasil, identificando os principais fatores que limitam sua efetividade na transformação de cadeias produtivas.			
Objetivos específicos	Técnicas e procedimentos	Coleta de dados	Análise de dados
Mapear programas de inovação e aceleração voltados à sustentabilidade no Brasil	Pesquisa Documental e Levantamento em bases públicas.	Editais de chamamento, portais da transparência, relatórios anuais de impacto e resoluções da ENIMPACTO/SIMPACTO	Análise de Conteúdo Temática (Bardin): Categorização inicial por tipo de fomento, público-alvo e abrangência geográfica.
Caracterizar os modelos de atuação desses programas na inserção de soluções no mercado	Análise Documental e Entrevistas Semiestruturadas.	Manuais metodológicos dos programas, trilhas de aceleração e roteiros de mentorias.	Análise de Conteúdo Temática: Identificação de núcleos de sentido sobre "estágio de maturidade" e "estratégias de go-to-market".

Analisar os mecanismos de articulação entre programas, setor privado e outros atores	Entrevistas Semiestruturadas (Atores-chave do ecossistema).	Entrevistas com gestores públicos, lideranças de CVC (Corporate Venture Capital) e hubs de inovação.	Análise de Conteúdo temática: Mapeamento de redes de influência e fluxos de cooperação técnica/financeira.
Identificar barreiras institucionais, organizacionais e de mercado à escalabilidade das soluções	Entrevistas Semiestruturadas e Triangulação de Dados.	Relatos de empreendedores acelerados e gestores de programas sobre "vales da morte" e entraves regulatórios.	Análise de Conteúdo: Codificação de barreiras em categorias (Ex: "Gap de Linguagem Corporativa", "Barreira Regulatória").
Examinar os desafios relacionados à mobilização de capital privado	Entrevistas e Pesquisa Bibliográfica aplicada.	Entrevistas com investidores anjo e fundos de impacto; Análise de critérios de investimento (teses de impacto).	Análise Inferencial Qualitativa: Confronto entre a "oferta de capital" e a "preparação das startups" (investment readiness).
Propor diretrizes para o fortalecimento da efetividade desses programas	Design Science Research (DSR).	Sistematização de todos os achados das etapas anteriores e validação com especialistas.	Abordagem de Design (Dresch; Van Aken): Geração do artefato (Framework) baseado em "Regras Tecnológicas" testadas em campo.

Fontes: Adaptado de Gallas (2017) e Batista (2025).

5. CRONOGRAMA

A pesquisa será desenvolvida ao longo de 24 meses, conforme as seguintes etapas:

Quadro 2 – Cronograma da Proposta.

Ano	2026	2027		2028
Semestres	2º	1º	2º	1º
Programação				
Créditos e Disciplinas Obrigatórias	X	X		
Revisão bibliográfica sistemática e consolidação do referencial teórico	X	X		
Elaboração e submissão do projeto ao Exame de Qualificação		X		
Levantamento e análise documental (editais, leis, relatórios)		X	X	
Exame de qualificação			X	
Realização de entrevistas semiestruturadas com atores-chave			X	
Transcrição, codificação e análise de conteúdo			X	X
Triangulação de dados e sistematização de evidências			X	X
Estruturação do Framework (Artefato DSR)				X
Validação do Framework com especialistas/campo				X
Redação final da dissertação e revisão textual				X
Defesa pública da dissertação				X

Fonte: Autora (2026).

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Muito além da economia verde**. São Paulo: Abril, 2012.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2010.
- BATISTA, Camila Lais Ramalho. **MENSURAÇÃO DO CAPITAL INTELECTUAL E DAS DINÂMICAS COLABORATIVAS NO SISTEMA DE INOVAÇÃO TERRITORIAL DE FLORIANÓPOLIS: PROPOSTA DE MODELO DE MATURIDADE**. 2025. Dissertação (Programa de Pós-Graduação Profissional em Administração) - Udesc, Florianópolis, 2025.
- BRASIL. **Estratégia Nacional de Investimentos e Negócios de Impacto (ENIMPACTO)**. Brasília: Governo Federal, 2017.
- BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços**. Nova Indústria Brasil. Brasília: MDIC, 2023.
- BRASIL. **Sistema Nacional de Impacto (SIMPACTO)**. Brasília: Governo Federal, 2023.
- CASSIOLATO, José Eduardo; LASTRES, Helena Maria Martins. **Sistemas de inovação e desenvolvimento: as implicações de política**. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 34–45, 2005.
- COUTINHO, Luciano. **A especialização regressiva: um balanço do desempenho industrial pós-estabilização**. In: VELLOSO, João Paulo dos Reis (org.). *Brasil: desafios de um país em transformação*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997. p. [s.p.].
- CRESWELL, John W. **Research design: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches**. 4. ed. Thousand Oaks: Sage, 2014.
- DRESCH, Aline; LACERDA, Daniel Pacheco; ANTUNES JÚNIOR, José Antonio Valle. **Design science research: método de pesquisa para avanço da ciência e tecnologia**. Porto Alegre: Bookman, 2015.
- FERRAZ, João Carlos; KUPFER, David; HAGUENAUER, Lia. **Made in Brazil: desafios competitivos para a indústria**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- FLICK, Uwe. **Pesquisa qualitativa e quantitativa**. In: _____. *Introdução à pesquisa qualitativa*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- GEELS, Frank W. **Technological transitions as evolutionary reconfiguration processes: a multi-level perspective and a case-study**. *Research Policy*, Amsterdam, v. 31, n. 8–9, p. 1257–1274, 2002.
- GEREFFI, Gary; HUMPHREY, John; STURGEON, Timothy. **The governance of global value chains**. *Review of International Political Economy*, London, v. 12, n. 1, p. 78–104, 2005.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- KATTEL, Rainer; MAZZUCATO, Mariana. **Public purpose organizations and mission-oriented innovation**. *Journal of Economic Policy Reform*, London, v. 21, n. 4, p. 1–17, 2018.
- LASTRES, Helena Maria Martins; CASSIOLATO, José Eduardo. **Sistemas de inovação e desenvolvimento: políticas e perspectivas**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.
- LUNDVALL, Bengt-Åke (org.). **National systems of innovation: towards a theory of innovation and interactive learning**. London: Pinter, 1992.
- MARKARD, Jochen; RAVEN, Rob; TRUFFER, Bernhard. **Sustainability transitions: an emerging field of research and its prospects**. *Research Policy*, Amsterdam, v. 41, n. 6, p. 955–967, 2012.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MAZZUCATO, Mariana. **Mission economy: a moonshot guide to changing capitalism**. London: Allen Lane, 2021.

MAZZUCATO, Mariana. **The entrepreneurial state: debunking public vs. private sector myths**. London: Anthem Press, 2013.

MAZZUCATO, Mariana; KATTEL, Rainer. **Mission-oriented innovation policy and dynamic capabilities in the public sector**. *Industrial and Corporate Change*, Oxford, v. 29, n. 2, p. 1–19, 2020.

MOORE, Mark H. *Creating public value: strategic management in government*. Cambridge: Harvard University Press, 1995.

OSTROM, Elinor. *Governing the commons: the evolution of institutions for collective action*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

PECI, Alketa; PIERANTI, Octavio Penna; RODRIGUES, Silvia. **Governança e New Public Management: convergências e contradições no contexto brasileiro**. *Organizações & Sociedade*, Salvador, v. 15, n. 46, p. 39–55, 2008.

RODRIK, Dani. *Industrial policy for the twenty-first century*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2004.

SCHUMPETER, Joseph A. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SECCHI, Leonardo. **Modelos organizacionais e reformas da administração pública**. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 43, n. 2, p. 347–369, 2009.

VAN AKEN, Joan Ernst. **Management research on the basis of the design paradigm: the quest for field-tested and grounded technological rules**. *Journal of Management Studies*, Oxford, v. 41, n. 2, p. 219–246, 2004.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

YIN, Robert K. **Case study research and applications: design and methods**. 6. ed. Thousand Oaks: Sage Publications, 2018.